



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 124, SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
83.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	ATA	05
ORDEM DO DIA	04	REQUERIMENTO	05
PAUTA	04	PARECERES	10

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)

2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)

3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)

4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)

2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)

3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)

4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)

2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.

3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.

4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

5. Deputado César Pires (PFL)

6. Deputado Francisco Gomes (PFL)

7. Deputado Geovane Castro (PFL)

8. Deputado João Evangelista (PFL)

9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)

10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)

12. Deputado Max Barros (PFL)

13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)

14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)

15. Deputado Pavão Filho (PRONA)

16. Deputado Rigo Teles (PFL)

17. Deputado Rubens Pereira (PFL)

18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)

19. Deputada Teresa Murad (PSB)

20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)

Deputado Rigo Teles (PFL)

Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)

2. Deputado Alberto Franco (PSDB)

3. Deputado Antonio Pereira (PPS)

4. Deputado Carlos Braide (PMDB)

5. Deputado Carlos Filho (PV)

6. Deputada Cristina Archer (PSDB)

7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)

8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)

10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)

11. Deputada Janice Braide (PTB)

12. Deputado José Lima (PV)

13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)

14. Deputado Paulo Neto (PSC)

15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)

16. Deputado Soliney Silva (PP)

17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Resende (PMDB)

Deputada Cristina Archer (PSDB)

Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)

2. Deputada Graça Paz (PDT)

3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)

4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luíz Pedro (PDT)

6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)

7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luíz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)

Deputado Soliney Silva (PP)

Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Titulares

Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE
Pavão Filho (BPD)
Carlos Braide (BPP)
Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Alberto Franco (BPP)
Antonio Pereira (BPP)
José Lima (BPP)
Rubens Pereira (BPD)
Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

Titulares

Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE
Soliney Silva (BPP)
Rubens Pereira (BPD)
Rubem Brito (BPO)

Suplentes

Antonio Pereira (BPP)
Socorro Waquim (BPP)
Maura Jorge (BPD)
Antônio Bacelar (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

Titulares

Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE
Rigo Teles (BPD)
Manoel Ceará (BPP)
Rubem Brito (BPO)

Suplentes

Humberto Coutinho (BPP)
Camilo Figueiredo (BPD)
Socorro Waquim (BPP)
Pavão Filho (BPD)
Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Titulares

Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE
Pavão Filho (BPD)
Cristina Archer (BPP)
Luís Pedro (BPO)

Suplentes

Teresa Murad (BPD)
Carlos Braide (BPP)
Rubens Pereira (BPD)
José Lima (BPP)
Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

Titulares

Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE
Teresa Murad (BPD)
Manoel Ceará (BPP)
Carlos Filho (BPP)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
João Evangelista (BPD)
Maura Jorge (BPD)
Paulo Neto (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

Titulares

Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE
Elígio Almeida (BPP)
João Evangelista (BPD)
Wilson Carvalho (BPD)

Suplentes

Camilo Figueiredo (BPD)
Manoel Ceará (BPD)
Stênio Resende (BPP)
Cristina Archer (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.**Titulares**

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
Rigo Teles (BPD)
Antonio Bacelar (BPD)
Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
Deusedith Sampaio (BPP)
Paulo Neto (BPP)
Antonio Pereira (BPP)
Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.**Titulares**

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
Fortunato Macedo (BPO)
Deusedith Sampaio (BPP)
Carlos Braide (BPP)
Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
Humberto Coutinho (BPP)
João Evangelista (BPD)
Antônio Bacelar (BPD)
Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.**Titulares**

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
Paulo Neto (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)
Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
Rigo Teles (BPD)
Elígio Almeida (BPP)
Deusedith Sampaio (BPP)
Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.**Titulares**

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
Socorro Waquim (BPP)
Carlos Filho (BPD)
Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
Alberto Franco (BPP)
Rigo Teles (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)
Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.**Titulares**

Deusedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
Janice Braide (BPD)
Carlos Filho (BPP)
Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
Paulo Neto (BPD)
Pavão Filho (BPD)
Teresa Murad (BPD)
Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.**Titulares**

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
Wilson Carvalho (BPD)
João Evangelista (BPD)
Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
Rigo Teles (BPD)
Alberto Franco (BPP)
Paulo Neto (BPP)
Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.**Titulares**

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
João Evangelista (BPD)
Camilo Figueiredo (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
Manoel Ceará (BPP)
Pavão Filho (BPD)
Teresa Murad (BPD)
Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.**Titulares**

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
Camilo Figueiredo (BPD)
Deusedith Sampaio (BPP)
Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)
Wilson Carvalho (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08/11/2004 - 2.ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2004.-2.ª FEIRA**MEDIDA PROVISÓRIA EM VOTAÇÃO ÚNICA DISCUSSÃO**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 007, de 11 de outubro de 2004, capeada pela Mensagem Governamental nº 076/04 do Poder Executivo, que Modifica a redação do inciso II do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7900, de 13 de junho de 2003. Depende de parecer da Comissão Especial nomeada pela Resolução Administrativa nº 763/04 da Mesa Diretora. Foi apresentado requerimento subscrito por oito parlamentares no sentido do arquivamento da presente Medida Provisória, cuja petição foi encaminhada à referida Comissão para oferecer o competente parecer.

VETOS EM DISCUSSÃO ÚNICO TURNO – VOTAÇÃO NOMINAL

VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 057/04, de autoria do Deputado Domingos Dutra, que Dispõe sobre o programa de incentivo ao cultivo e atividades extrativistas relacionadas ao bacuri, pequí e outros produtos da região do cerrado maranhense. Oferecido parecer favorável à manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Stenio Resende.

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 078/04, que Cria o Conselho de Gestão Estratégica das Metrópoles do Governo. (o veto refere-se ao parágrafo único do art. 8º que veda remuneração aos conselheiros). Oferecido parecer no sentido da rejeição do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relatora: Deputada Teresa Murad.

VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 15/04, de autoria do Deputado Domingos Dutra, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação e publicação de recursos para município e entidades. Oferecido parecer no sentido da rejeição do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Mauro Bezerra.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO EM DISCUSSÃO ÚNICO TURNO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/04, oriundo da Comissão Especial designada para apreciar a Medida Provisória nº 02/04, que Convalida as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 002/04, rejeitada pelo Plenário. – Relator: Deputado Mauro Bezerra

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 08/11/2004 – 2º FEIRA:****ORDINÁRIA 2ª SESSÃO**

1. PROJETO DE LEI Nº 139/04, considera de Utilidade Pública o Instituto Superior de Educação Continuada – ISEC, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.

2. PROJETO DE LEI Nº 140/04, considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dom Pedro – MA, com sede e foro no Município de Dom Pedro, no Estado do Maranhão.

3. PROJETO DE LEI Nº 141/04, dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 137/04, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeção e veículos de transporte coletivos no Estado do Maranhão e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 138/04, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que proíbe o corte residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias por falta de pagamentos, nos dias que especifica.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 134/04, de autoria da Senhora Deputada Telma Pinheiro, que dispõe a obrigatoriedade de Instalação de hidrômetro para cada Unidade Habitacional, nos condomínios residenciais.

2. PROJETO DE LEI Nº 135/04, de autoria da Senhora Deputada Telma Pinheiro, que Institui o Programa de Reciclagem Seletiva de Lixo em Órgãos Públicos Estaduais.

3. PROJETO DE LEI Nº 136/04, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que isenta do pagamento da taxa de inscrição do concurso seletivo vestibular e seriado (PASES) da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 132/04, de autoria do Senhor Deputado Antonio Pereira, que altera e inclui dispositivo à Lei nº 7.805, de 26 de dezembro de 2002 que dispõe da fé pública às Carteiras de Identificação Estudantil no âmbito do Estado do Maranhão.

2. PROJETO DE LEI Nº 133/04, de autoria da Senhora Deputada Telma Pinheiro, que dispõe sobre a criação de um Cadastro Estadual de Foragidos da Justiça.

SECRETARIA DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 04 de novembro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Octogésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em quatro de novembro do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Joaquim Nagib Haickel.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Alberto

Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Joaquim Nagib Haickel, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Stênio Rezende e Wilson Carvalho.

Ausentes: Antônio Pereira, César Pires, Geovane Castro, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, José Lima, Max Barros, Paulo Neto, Pedro Veloso, Rigo Teles, Rubem Brito, Soliney Silva, Telma Pinheiro e Teresa Murad.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO JOAQUIM NAGIB HAICKEL – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE

REQUERIMENTO N.º 194/04

Senhor Presidente

Na forma regimental requieiro a V. Exa. que, depois de ouvido o Plenário, seja convocado o Dr. Otávio Lopes, Diretor-Presidente da CEMAR, para comparecer na Comissão de Defesa do Consumidor desta Assembléia Legislativa, em data a ser previamente marcada, a fim de prestar esclarecimentos sobre a desativação do sistema de atendimento ao consumidor Call Center (0800) da CEMAR, nesta Capital e a consequente transferência desse serviço para Salvador-Ba., o que ocasionará a demissão de dezenas de servidores, além de deixar sérias dúvidas sobre a qualidade do novo sistema de atendimento a ser implantado.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 04 de novembro de 2004. ADERSON LAGO - Deputado Estadual - oposição sem medo.

APROVADO
EM: 04.11.04

REQUERIMENTO N.º 195/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, requieiro a V. Exa., seja incluído na ordem do dia, da próxima sessão ordinária, a Medida Provisória 007/04 referente a Universidade Estadual do Maranhão -UEMA

JUSTIFICATIVA

O impasse entre o Poder Executivo Estadual e os professores da UEMA perdura há mais de três meses, implicando na possibilidade real de perda do segundo semestre letivo de 2004, com graves prejuízos para a comunidade estudantil.

Por outro lado o Poder Legislativo tem o dever de apreciar a presente Medida Provisória, como forma de por fim a esta agonia a que estão submetidos professores, alunos, seus familiares.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 04 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

APROVADO
EM: 04.11.04

REQUERIMENTO N.º 196/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, requieiro a V. Exa., seja incluído na ordem do dia da próxima Sessão Ordinária, **veto ao Projeto de Lei N.º 057/2004.**

JUSTIFICATIVA

O projeto vetado é fundamental para a sobrevivência de milhares de maranhenses que sobrevivem do extrativismo. Infelizmente, o Poder Executivo, de forma fria e insensível, vetou o mencionado projeto. Neste sentido, só nos resta a sabedoria desta casa para recompor o projeto unanimemente aprovado pelos nobres deputados.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 04 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

APROVADO
EM: 04.11.04

REQUERIMENTO N.º 197/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, requieiro a V. Exa., seja incluído na ordem do dia da próxima Sessão Ordinária, **veto ao Projeto de Lei N.º 078/2004.**

JUSTIFICATIVA

O Poder Executivo, em reiteradas manifestações, tem revelado a completa falência das finanças públicas estaduais. Inexplicavelmente, o mesmo Poder Executivo, pretende pagar remuneração extraordinária pela participação de Secretários Estaduais no Conselho de Gestão Estratégica, o que se torna uma incoerência. Neste sentido, o veto não pode persistir.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 04 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

APROVADO
EM: 04.11.04

REQUERIMENTO N.º 198/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, requieiro a V. Exa., seja incluído na ordem do dia da próxima Sessão Ordinária, **veto ao Projeto de Lei N.º 115/2003.**

JUSTIFICATIVA

É fundamental para o combate à corrupção e a transparência no trato dos recursos públicos. Lamentavelmente, o Poder Executivo vetou o projeto, cabendo unicamente ao Legislativo, corrigir o equívoco.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 04 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

APROVADO
EM: 04.11.04

REQUERIMENTO N.º 199/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, requeiro a V. Exa., seja incluído na ordem do dia da próxima Sessão Ordinária, o PROJETO DE DECRETO N.º 03/2004.

JUSTIFICATIVA

O mencionado decreto disciplina os efeitos jurídicos da Medida Provisória n.º 02/04, rejeitada por esta Casa Legislativa. A votação do mencionado decreto é importante para solução jurídico-político do impasse entre o Poder Executivo Estadual e os professores da Universidade Estadual do Maranhão.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 04 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

APROVADO
EM: 04.11.04

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO FRANCISCO GOMES - Expediente lido senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados. Eu dei entrada hoje em vários requerimentos e eu espero que tenha *quorum* para votação, pedindo a inclusão na Ordem do Dia das próximas sessões ordinárias de segunda ou terça ou quarta ou quinta. Primeiro da Medida Provisória n.º 07 que trata do pagamento do passivo da UEMA. Eu acho que este Parlamento não pode mais delongar esse assunto. O ano letivo está acabando, os professores querem voltar para a sala de aula, os alunos estão aflitos. Praticamente se esse assunto for encerrado os professores terão que repor as aulas durante todo o mês de dezembro, mês de janeiro e o mês de fevereiro e isso desestrutura completamente a vida dos professores e a vida dos alunos, e acho que este Parlamento não pode mais ficar indiferente a isso. Estou pedindo, portanto, que se inclua na Ordem do Dia na próxima Sessão, a Medida Provisória n.º 07. Estou pedindo também que seja submetido a esta Casa o Projeto de Decreto Legislativo n.º 03, da Comissão, que trata dos efeitos da Medida Provisória n.º 02 que foi rejeitada. A Mesa acertadamente está tentando disciplinar esse assunto com Decreto. A comissão já deu parecer pela aprovação do Decreto e este Plenário tem que votar o Decreto. A aprovação ou não deste Decreto é fundamental para apreciação da Medida Provisória n.º 07, porque se esta Casa aprova o Decreto, a Medida Provisória não tem como subsistir. Estou pedindo igualmente que inclua na Ordem do Dia três vetos, há projeto de lei de minha autoria. O primeiro veto é o Projeto n.º 057/2004 que trata de um projeto de lei aprovado aqui por unanimidade, preservando as áreas de extrativismo do bacuri, do murici, dos chamados frutos dos cerrados, que estão sendo destruídos pela soja no Sul do Maranhão e no Baixo Parnaíba. O Governo do Estado vetou. Há informações que houve equívoco, porque preservação do extrativismo é de interesse de todos

nós, e eu estou pedindo que seja apreciado esse veto. O outro veto é o projeto de lei n.º 115 do Poder Executivo, eu apresentei uma Emenda e esta Casa aprovou a Emenda e o governo vetou, que trata dos jetons que os secretários terão direito ao participarem das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Estratégico. O governo do estado diz que não tem dinheiro para quase nada, mas ao mesmo tempo vai pagar remuneração extraordinária ao secretário que participar de cada reunião do Conselho de Desenvolvimento Estratégico. E o último veto, é o veto ao projeto de lei n.º 078, que também foi aprovado por esta Casa e que o governador vetou. Esse projeto obriga o Poder Executivo a dar publicidade a todas as transferências de recursos estaduais para a prefeitura, para as entidades, para sindicatos, porque já existe uma lei federal que obriga, todos os dias o Diário da Assembléia aqui publica o comunicado da Caixa Econômica dando ciência ao Poder Legislativo de que fez convênio com determinados municípios, determinados sindicatos ou entidades da sociedade civil. O meu projeto é idêntico e é fundamental para a transparência e para evitar corrupção. Porque uma das fontes de corrupção no Maranhão praticada por prefeitos, se dá justamente nos convênios onde a publicação é pelo Diário Oficial do Estado, pouca gente lê e os prefeitos do interior usam e abusam desses convênios. Esse projeto diz que o Poder Executivo ao remeter um recurso para o município ele terá que mandar cópia do convênio para Câmara, para o sindicato, para os vereadores, para as igrejas e onde tiver jornal de grande circulação, publicar uma resenha. O Governador José Reinaldo está afirmando que está rompendo com o modo antigo de governar no Maranhão e se ele quiser dar conseqüência ao discurso que ele está fazendo, esse veto tem que ser derrubado para que haja transparência com os recursos que governo do estado transfere para outros entes, tanto público como privado. Portanto são três vetos que eu gostaria que esta Casa apreciasse de uma vez antes que a pauta seja novamente trancada por Medidas Provisórias. São esses senhor presidente, os requerimentos e a justificativa que eu queria fazer aqui desta tribuna.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra a senhora Deputada Helena Barros Heluy.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, colegas da imprensa, galeria. Eu quero apenas trazer duas notícias: uma é da realização nos dias 5 e 6, quer dizer, amanhã e depois, do 1º Fórum Social Maranhense que será realizado na UFMA - Universidade Federal do Maranhão, durante todo o dia, amanhã e depois, pelo menos a previsão é que seja até às 12:00hs, mas com possibilidade de prorrogação. Esse fórum é em preparação à participação dos movimentos sociais maranhenses no primeiro fórum social nordestino, que por sua vez prepara a participação nos movimentos sociais ao fórum social mundial que se realizará em janeiro mais uma vez em Porto Alegre. Quero destacar os objetivos deste fórum. Dar visibilidade e recolocar tanto o Maranhão como a “questão social no Nordeste” na agenda política nacional, assim como debater potencialidades e alternativas de projetos para um “Outro Maranhão é Possível”. O lema e tema, podemos unir as duas formas, ser exatamente este, “Outro Maranhão é Possível”, está intimamente relacionado com um “Outro Nordeste é Possível” e a um “Outro Brasil é Possível”. Os movimentos sociais comprometidos com as lutas do povo, com a causa maior do povo brasileiro, estão totalmente mobilizados por vistas a esse fórum social mundial, e nada mais necessário e urgente que aqueles no Maranhão que ainda sonham que têm e trazem dentro de si suas utopias e esperanças, participem deste fórum. Este fórum quer também animar os processos de participação social e suas mobilizações em busca de melhorias na qualidade de vida do povo, dos direitos humanos, da ampliação da democracia e no combate as desigualdades e discriminações. E falando sobre esse 1º Fórum Social Maranhense, eu quero também dizer que continuam as articulações, reuniões, debates de todos os movimentos que estão lutando para que a implantação do pólo siderúrgico tão anunciada, tão

decantada e tão cheia de propagandas no respeito a qualidade de vida do povo de São Luís, não seja aqui nesta Ilha. Quero dizer senhor presidente, que esta Casa, embora por manifestações individuais de alguns deputados, estão nesta luta. Na semana passada tivemos mais uma reunião das comunidades que estão ameaçadas de serem atingidas, despejadas aqui da ilha de São Luís. Estivemos no Rio do Cachorros na terça-feira, na quarta-feira tivemos uma reunião bem ampliada aqui e eu cheguei inclusive a sonhar que o auditório estaria com um número bem expressivo de deputados porque preciso que todos nós recebamos as informações dos técnicos, das pessoas que estão estudando a realidade de nossa Ilha e os impactos que irão ocorrer sobre ela, não de uma forma abstrata, mas impactos sociais, impactos ambientais e impactos na qualidade de vida dos homens e das mulheres desta Ilha. Não apenas aqueles que serão diretamente atingidos que chegam, segundo análise e avaliação e constatação mesmo, a cerca de quinze mil pessoas que serão diretamente atingidas. Mas todos nós, pela qualidade do solo, pela fragilidade do ecossistema, seremos direta ou indiretamente atingidos. Então o apelo senhor presidente, que se faz, que fazemos os geólogos do Maranhão, os ambientalistas, é que sem ser contra o processo e o desenvolvimento, que esse pólo seja instalado em áreas, em terra, em solo compatível para o seu porte. E as reuniões vão continuar, tivemos um outro seminário no Hotel Abville e a luta vai continuar, não apenas como um slogan, mas levando a todos os espaços, a comunidade acadêmica e a classe política do Maranhão. Muito obrigada senhor presidente.

IV - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Projeto de Lei em votação, única discussão regime de urgência, projeto de lei n.º 123/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem Governamental n.º 071/04, que institui a defesa sanitária do estado do Maranhão e dá outras providências. Oferecido parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável em conjunto. Relator Deputado Carlos Braide. Os senhores deputados que concordarem com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça permaneçam como estão. Aprovado. À SANÇÃO. Projeto de lei em primeira discussão, projeto de lei n.º 092/2004 de autoria do Deputado Reginaldo Nunes, que institui a criação do hospital geriátrico em São Luís, Estado do Maranhão, para atender em especial e gratuitamente a população idosa e carente residente na capital e no interior, nas condições que especifica e dá outras providências. Oferecido parecer. Atenção senhores deputados, oferecido parecer contrário pela Comissão de Justiça arguindo inconstitucionalidade do referido projeto de lei. Relator, Deputado Stênio Rezende. Nas forma do artigo 170, parágrafo 4º do Regimento Interno, o autor apresentou recurso tendo o referido parecer ter sido rejeitado pelo Plenário; oferecido parecer favorável da Comissão de Saúde pelo deputado Elígio Almeida, traduzindo a linguagem que erudita, é que o projeto inicialmente foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça, o Plenário não aceitou o parecer da Comissão de Justiça, voltou às comissões e em seguida está retornando a este plenário com parecer favorável oferecido pelo Deputado Elígio Almeida. Prevalece o parecer favorável do Deputado Elígio Almeida. Em votação. Os senhores deputado que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Deputado Elígio Almeida. Projeto de lei n.º 114/04 de autoria do Deputado César Pires, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos varejistas destinado à venda de carne bovina, divulgarem de forma visível em seus locais de venda, a razão social dos abatedouros de onde se originou a carne comercializada, bem como, o número do CRMV do médico veterinário responsável pela inspeção sanitária dos animais abatidos e dá outras providências. Com parecer favorável da Comissão e Justiça e Defesa do Consumidor. Relator, Deputado Braide. Os senhores deputados que concordarem com o parecer do relator aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como estão. Aprovado. Projeto de lei complementar em votação, primeira discussão. Projeto de lei

complementar n.º05/04 de autoria do Deputado Rubem Brito.(lê). Oferecido parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Pavão Filho. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. Projeto de resolução em votação, primeira e segunda discussão. Projeto de resolução n.º 07/04 de autoria do Deputado Fortunato Macedo, que concede título de Cidadão Maranhense ao Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva. Oferecido parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Mauro Bezerra. Em votação. Senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. Baixa-se a competente resolução. Requerimento do Deputado João Evangelista. Encaminhe-se a competente comissão técnica para proceder o pedido. Requerimento do Deputado Mauro Bezerra n.º193/04. (lê). Em discussão. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento n.º 194, de autoria Deputado Aderson Lago. (lê).

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO - Eu quero encaminhar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Só para encaminhar, para discussão não. Com a palavra o Deputado Aderson Lago, por cinco minutos para encaminhar.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. O requerimento pedindo a convocação do Presidente da CEMAR à Comissão de Defesa do Consumidor em data em ser combinada, ainda a ser marcada pela própria comissão, prende-se a um assunto que acho da maior gravidade. Todos nós e eu tenho sentido isso na pele, quase que diariamente, eu moro no Renascença as constantes interrupções de energia elétrica, com prejuízos com aparelhos queimados, e com um atendimento que é feito aqui em São Luís onde são empregados pessoas portadoras de deficiência física, são as pessoas que fazem o atendimento pelo telefone, ainda assim o atendimento da CEMAR nas reclamações que se faz tem sido sofrível, quase nunca se consegue uma comunicação e quando se consegue a resposta é demorada. O serviço de reparo de urgência da CEMAR custa a chegar. Agora a informação segura que nós tivemos, é que a CEMAR pretende fazer o que já fez a TELEMAR, acabar com esse serviço de atendimento telefônico de reclamação, não só despedindo as pessoas que trabalham lá, mas dificultando para o consumidor porque vai transferir esse atendimento para o telefone 0800 para a Bahia. Então, se faltar energia lá na Cidade Operária, o cidadão tem que ligar para o serviço 0800 que vai ser atendido na Bahia, e da Bahia é que vai ser o feito o pedido para uma equipe da CEMAR prestar socorro. Isso é um absurdo, nós já temos esse problema com a TELEMAR, não podemos permitir que isto aconteça também com a CEMAR, ficar sem telefone é horrível e sem energia é muito pior. E acho e é por isso que peço que os senhores deputados aprovem esse requerimento e a Comissão de Defesa do Consumidor marque o quanto antes a presença do Presidente da CEMAR, para prestar esse esclarecimentos. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Domingos Dutra. Da forma regimental e após manifestação do plenário requero a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, veto do projeto de Lei n.º 115/2003. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Requerimento do Deputado Domingos Dutra. Na forma regimental após manifestação do plenário, requero de V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, o projeto de decreto n.º 03/2004. Em votação. O Decreto disciplina os efeitos jurídicos da Medida Provisória n.º 02. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam com o estão. Aprovado por unanimidade. Na forma regimental e após manifestação

do plenário requero a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, veto ao projeto de lei n.º 078/2004. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. De autoria do Deputado Domingos Dutra. Na forma regimental e após a manifestação do plenário, requero a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, veto ao projeto de lei n.º 057/2004. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Requerimento de autoria do Deputado Domingos Dutra. Na forma regimental e após a manifestação do plenário, requero a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária a Medida Provisória n.º 07/04 da UEMA. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Não há orador inscrito. Tempo dos Partidos.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA- Presidente, questão de ordem.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA- Senhor presidente as Medidas Provisórias n.º 08 e n.º 09, embora as comissões tenham começado a analisar e aprovar, mas venceu o prazo. Eu solicito a V.Exa. que no cumprimento do regimento encaminhe para a CCJ, porque elas já perderam o prazo e as comissões apenas começaram a trabalhar não reuniram, não fizeram nada.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO- Senhor presidente, uma Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o Deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO - Foi aprovado agora o requerimento do Deputado Dutra, pedindo que seja colocado na Ordem do Dia a Medida Provisória n.º 07. Há um requerimento subscrito por oito deputados, pedindo a V.Exa. que arquivasse a Medida Provisória n.º 07, porquanto medida exatamente igual já havia sido rejeitada nessa Casa, com parecer favorável da comissão. Então, se há esse requerimento, eu gostaria que a Mesa decidisse primeiro sobre o requerimento para saber se há ou não necessidade, se a Mesa aprovar o requerimento, atender o requerimento, a medida estar arquivada e não existe mais colocação dela em Ordem do Dia.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Aderson Lago, V.Exa. que é um deputado competente, assíduo freqüentador desse Plenário, atento as decisões, mas hoje deve ter dormido de toca, porque o assunto já foi votado e aprovado para que entre em pauta na próxima sessão. São as duas coisas, o requerimento que coloca na Ordem do Dia a Medida Provisória n.º 07e o pedido da Deputada Helena.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - Senhor presidente, o requerimento do pedido de arquivamento da Medida Provisória n.º 07, a CCJ já não deu parecer? Porque é uma matéria que teria que ir para comissão e não foi, pelo menos eu não fui convocado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Pode receber parecer de plenário. Eu estou pedindo que os senhores deputados fiquem atentos, para depois não dizerem que a Mesa atropelou, pois tudo foi esclarecido, lido pausadamente

para que se tomasse a providência e não houve nenhuma manifestação contrária.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Presidente, apenas para um esclarecimento. O requerimento foi dirigido à Mesa não foi pedido à apreciação do plenário, se V.Exa. entender que a Mesa não deva decidir e deva submeter ao plenário, essa informação não nos foi dada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM– Eu vou ler o requerimento Deputado Aderson, eu vou ler o requerimento.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO- Senhor presidente, eu peço a palavra, porque isso aqui implica também...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Deputado só um minutinho, vamos terminar aqui. Na forma regimental após manifestação do Plenário, isso foi lido, requero a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, a Medida Provisória. Com a palavra o deputado Manoel Ribeiro, por um minuto.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO (sem revisão do orador)- Senhor presidente, eu estou lendo no diário de hoje a substituição de dois membros desta comissão para a emenda n.º 07, então eu creio que um novo prazo será contado, a partir da publicação disto aqui, porque V.Exa. aqui determinou que fossem substituídos os dois membros, então se foram substituídos dois membros terá que correr um novo prazo a partir de hoje, porque hoje que está publicado na Assembléia. Está aqui publicado V.Exa. trocando dois membros desta comissão.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- A pedido dos líderes.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO- Mas altera o prazo neste caso.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Não deputado, não tem alteração.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO- Por que não? Isso compete a V.Exa. resolver o consenso. Já foram substituídos? Então não precisava substituir.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO (sem revisão do orador)- Presidente, há um parecer do Deputado Mauro Bezerra que vai ser julgado pela comissão, é um parecer apenas do Deputado Mauro Bezerra como relator. Ainda tem prazo da Medida n.º 07 ser julgada pela comissão, para dá uma decisão favorável ou não do parecer do Deputado Mauro Bezerra. Essa que é a situação, não tem decisão nenhuma, ainda não tem decisão da comissão. Essa decisão da comissão deve sair hoje à tarde até amanhã, até porque foi dito que vai ser votado amanhã. Então hoje à tarde tem um parecer da comissão, por enquanto só tem parecer do relator.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Deputados, o que as comissões decidem a favor ou contra, será submetido ao Plenário, os prazos estão sendo seguidos rigorosamente, o que houve foi um pedido do líder do BPP e do BPD substituindo dois membros, isso não impede, não relaciona em nada aos prazos. Os prazos continuam correndo normalmente.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO- Senhor presidente, eu gostaria que V.Exa. visse a resolução desta Mesa, que diz aqui: Resolve, nomear os senhores Deputados Rubens Pereira, PPB e Soliney Silva em substituição aos Deputados Pavão Filho e a senhora Deputada Janice Braide respectivamente, como membros titulares da comissão especial designados para examinar e apresentar o competente parecer a Medida Provisória n.º 07/04, que modifica a redação do inciso 2º do parágrafo único do artigo 1º da Lei 7.900 de 13 de junho de 2003. Se esses dois membros foram indicados para apresentar o parecer no Diário de hoje, como é que já vai ser?

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Mas os pareceres não foram emitidos ainda.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – V. Exa. está designando esses dois membros.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Para compor.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO - Mas apresentar parecer, então eu gostaria que V. Exa. revisse porque aí, ao meu ver, o prazo começaria agora.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Manoel Ribeiro. A comissão, que é o caso, terá o prazo improrrogável de 14 dias, contado da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial do Estado, para emitir parecer único manifestando sobre a matéria, em item separado, quanto aos aspectos constitucionais inclusive sobre o pressuposto da relevância, da urgência. De mérito a adequação financeira e orçamentária sobre o cumprimento das exigências do parágrafo primeiro, do artigo 2º. Deputado Manuel Ribeiro, eu entendo o que V.Exa está falando.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – Mas eu estou lendo aqui uma resolução de V.Exa.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Mas ela não tem nada contra. Assim seria muito fácil Deputado Manoel Ribeiro, os líderes prorrogarem isso para sempre. Então ia vencer.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – Eu não estou nem falando deputado, eu não estou falando de líderes. Eu estou falando de V.Exa e o parecer da Mesa, a Mesa é que baixou essa resolução.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – O quê que diz a Mesa?

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – A Mesa que nomear os deputados...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Em substituição...

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – Para apresentar o parecer.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Mas claro, está dentro do prazo!

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – Hoje, está no Diário de hoje.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Sim, está no Diário de hoje, mas está no prazo.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Senhor presidente, a situação é o seguinte: a Medida Provisória n.º 07, o prazo para a comissão emitir o parecer termina hoje. Há um parecer do relator que é o Deputado Mauro Bezerra, as substituições não altera prazo até porque os substituídos não eram relatores e nem presidente e tem suplente, portanto a Comissão tem até hoje para aprovar ou rejeitar o parecer do Deputado Mauro Bezerra, esse é o ponto um. Ponto dois, há um requerimento da oposição dirigida à Mesa, se a Mesa decidir que o nosso requerimento é procedente, a Medida Provisória será arquivada e não terá votação. Ponto três, há um Decreto Legislativo com parecer e aprovado pela Comissão, que disciplina os efeitos da Medida Provisória n.º 02, se esse Decreto for aprovado a Medida Provisória não tem razão de existir, porque o Decreto reconhece que a Medida Provisória n.º 02 foi rejeitada e sendo rejeitada nessa legislatura, nesse período legislativo, o governo não pode mais editar Medida Provisória. Portanto, antes da Ordem do Dia de terça-feira senhor presidente, a Mesa tem que decidir sobre o requerimento da Oposição e antes de votar a Medida Provisória tem que votar o Decreto Legislativo. São duas preliminares, é requerimento da Oposição que a Mesa que tem que decidir e se a Mesa decidir que o requerimento não procede tem que ser votado o Decreto. Se o Decreto for derrotado, aí vota-se a Medida Provisória. Tem duas preliminares, portanto, antes da votação da Medida. Portanto, não há nada errado nos procedimentos.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - Senhor presidente, para mais uma questão de ordem. O que está acontecendo...

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Mauro, um minuto. O parecer emitido, a contestação emitida pela Deputada Helena Heluy, Luiz Pedro, Julião Amin, Domingos Dutra, Graça Paz, Rubem Brito, Mauro Bezerra e Aderson Lago, tudo será apreciado junto com o parecer, junto da comissão constituída, então eles vão emitir um parecer, se aceita ou não e tudo será votado por este Plenário separadamente ou em conjunto sem nenhum problema. Não está se obstruindo nada e o que está solicitado pela Deputada Helena Heluy e pelos demais deputados, será apreciado, não tem problema.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA – Senhor presidente, para concluir.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA – O que acontece com a Medida Provisória n.º 07, é que, me perdoem os companheiros, mas a comissão não está tratando o assunto a sério. Não está tratando porque há mais de 10 dias foi dado o parecer e a comissão até hoje não reuniu para aprovar ou rejeitar o parecer do relator e fica parada a matéria, e o parecer é contrário exatamente com o argumento do Deputado Dutra, é que nós achamos que a Medida Provisória n.º 02 já tinha sido rejeitada pelo Plenário. Veio uma Emenda 07 mascarando a Emenda n.º 02 e nós demos um parecer contrário. Agora, a comissão até hoje não quis reunir para decidir se aprova ou rejeita o parecer.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor presidente, permita-me.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Eu acho deputado, o seguinte: V.Exa. está levantando uma questão de ordem?

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Eu quero apenas colocar a V.Exa o seguinte: uma coisa prejudica outra. Foi aprovado agora um requerimento do Deputado Dutra, pedindo que se

coloque na Ordem do Dia a Medida Provisória n.º 07. V. Exa. disse que vai encaminhar à comissão o requerimento subscrito por nós, oito deputados, ou seja, dez deputados. Pois bem, o que eu digo que prejudica? Porque se este requerimento tiver um parecer, digamos, favorável, esse parecer vem ao Plenário para ser votado e o Plenário aprova, prejudica o requerimento do Deputado Dutra, então ele tem que ser votado e tem que ser decidido antes, para que na terça-feira se decida ou não, se coloca ou não a Medida Provisória na Ordem do Dia. Era apenas isso.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Vossa Excelência tem alguma razão. A Medida Provisória e o requerimento subscrito por 8, 9, 10 deputados, ele será votado mediante o parecer emitido pela comissão. Então, se a comissão aprovar o requerimento subscrito pela Deputada Helena Heluy e outros deputados, e o Plenário aprovar o parecer, arquiva a Medida Provisória ou não, isso fica o parecer automaticamente, o pedido do Deputado Dutra prejudicado. Não tenha dúvida.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO – E o Deputado Mauro Bezerra não pode reclamar porque o prazo não expirou, não expirou ainda então não adianta ficar reclamando.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado, calma. Assunto encerrado. Tempos dos Blocos Parlamentares. BPO, BPP, PDP.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº 196 /2004

RELATÓRIO:

Encaminhado pela Mensagem nº 074, de 01 de outubro do ano em curso, tramita nestas Comissões Técnicas para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 129/2004, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 8.105, de 29 de abril de 2004, que institui o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária - FUNAT.

Na justificativa da propositura, o Excelentíssimo Senhor Governador afirma, que “tais alterações se justificam em razão do Estado do Maranhão não mais participar do Protocolo 11/2003, mas continuar beneficiando-se do produto da aplicação dos depósitos realizados pelos importadores de combustíveis em conta transitória de Banco oficial, quando do desembarço aduaneiro das mercadorias e, também, do Banco do Estado do Maranhão ter sido privatizado.”

A matéria em exame está legitimada e obedece ao disposto no art. 43, inciso III da Constituição Estadual.

VOTO DO RELATOR:

Isto posto, estando, portanto, a matéria sob exame, fundamentada no princípio constitucional da reserva da iniciativa, assegurada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispositivo acima

citado. Opinamos pela constitucionalidade e legalidade do presente Projeto de Lei .

É voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, do Regimento Interno deste Poder, os membros das Comissões Técnicas aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 129/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”
, em 04 de novembro de 2004.

DEPUTADO STÊNIO RESENDE – PRESIDENTE, em exercício

DEPUTADO CARLOS BRAIDE -RELATOR

DEPUTADO PAVÃO FILHO

DEPUTADO MAURO BEZERRA

DEPUTADA MAURA JORGE

DEPUTADO RIGO TELES

DEPUTADO RUBEM PEREIRA

COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER Nº 006/2004

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer o Projeto de Lei nº 111/2004, de autoria do Deputado ANTONIO PEREIRA, que assegura ações de saúde voltadas à prevenção e ao controle das hepatites virais através da Gerência de Qualidade de Vida, na forma que especifica.

O Projeto de Lei em epígrafe já tramitou na Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer pela constitucionalidade. Por força regimental, cabe a esta Comissão apreciar quanto ao mérito.

A referida proposição é de grande importância, uma vez que a Gerência de Qualidade de Vida desenvolverá ações de saúde para prevenção e controle das hepatites virais dos grupos de risco, através do exame gratuito de sangue Anti-HCV.

VOTO DO RELATOR:

Pela razões expostas, no âmbito desta Comissão, julgamos que a proposição é meritória. Assim sendo, votamos pela aprovação de presente Projeto de Lei.

É o voto.

PARECER DAS COMISSÕES:

Os membros da Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 111/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
em 27 de outubro de 2004.

Dep. LUIZ PEDRO - PRESIDENTE

Dep. ELIGIO ALMEIDA- RELATOR

Dep. MANOEL CEARÀ

Dep. CARLOS FILHO



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

15 DE NOVEMBRO PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Na noite de 15 de novembro de 1889, foi constituído o primeiro governo provisório da Nova República dos Estados Unidos do Brasil, sendo o seu chefe o Marechal Deodoro. Segundo as disposições transitórias da Constituição, a tarefa cabia ao Congresso. Dois candidatos se apresentaram: Deodoro, sustentado pelos Militares e Prudente de Moraes, apoiado pela oposição. O primeiro, gozando ainda de grande prestígio, vence o oponente por 129 votos contra 97. Mas, para o cargo de vice-presidente, sai vitorioso o Marechal Floriano Peixoto, da chapa da oposição.



Deodoro se tornou o primeiro presidente do novo regime e Benjamin Constant, ministro da Guerra. O convívio entre ambos não foi pacífico - como não era o dos "tarimbeiros" com os "científicos". Numa reunião ministerial, em 1890, ambos quase se agrediram e Deodoro desafiou Constant para um duelo. Mas dali a dois anos, ambos estariam mortos. Deodoro, que pedira demissão do Exército, exigiu ser enterrado em trajes civis.

O governo começou dirigindo uma Proclamação ao país, anunciando a instauração do novo regime e procurando justificá-la. Pelo decreto nº 1, foi adotado, a título provisório, o sistema Republicano Federativo; as províncias do extinto Império foram transformadas em Estados Federativos, declarando-se dissolvidas todas as instituições incompatíveis com o novo regime. A família real foi banida, viajando para a Europa no dia 17 de novembro e, dois dias depois, foi adotada uma nova bandeira e escudo de armas para o Brasil.